ISSN ELETRÔNICO: 1982-5269
ISSN IMPRESSO (ATÉ 2018): 2236-479X

revista DEBATES

REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA

https://seer.ufrgs.br/debates
revistadebates@ufrgs.br

REVISTA DEBATES

ISSN 1982-5229

Revista editada pelo Núcleo de Pesquisa Sobre a América Latina (NUPESAL) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, como objetivo de constituir um espaço de debate e confronto sobre questões contemporâneas no âmbito das Ciências Humanas / Ciência Política, abordadas sob uma multiplicidade de perspectivas.

(Texto em inglês) Revista editada pelo Núcleo de Pesquisa Sobre a América Latina (NUPESAL) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, como objetivo de constituir um espaço de debate e confronto sobre questões contemporâneas no âmbito das Ciências Humanas/Ciência Política, abordadas sob uma multiplicidade de perspectivas.

Ano 17, n2, mai/ago 2023, Porto Alegre, NUPESAL/UFRGS.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Reitor: Carlos André Bulhões Mendes
Vice-Reitora: Patrícia Helena Lucas Pranke

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Diretor: Hélio Ricardo do Couto Alves
Vice-Diretor: Alex Niche Teixeira

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Coordenador: Rodrigo Stumpf González
Coordenadora-Substituta: Silvana Karuse

NUPESAL

Coordenador: Marcello Baquero

Editor
Rodrigo Stumpf González, UFRGS

Editor Emérito
Marcello Baquero, UFRGS, Brasil

Editora Assistente
Jennifer Azambuja de Morais, UFRGS, Brasil

Comissão Editorial Executiva
Rodrigo Stumpf González, UFRGS
Marcello Baquero, UFRGS, Brasil
Henrique Carlos de Oliveira de Castro, UFRGS
Fabiano Pellin Mielniczuk, UFRGS

Conselho Editorial
Aaron Schneider, University of Denver, Estados Unidos da América
Adriana Chiroleu, Universidad Nacional de Rosario, Argentina.
Adriano Codato, UFPR, Brasil
Alfredo Ramos Jiménez, Universidad de Los Andes, Venezuela
Arnaud Sales, Université de Montréal, Canadá
Asimina Christoforou, Athens University of Economics and Business, Grécia
Benjamin Goldfrank, Seton Hall University, Estados Unidos da América
Carlos Mello Moyano, IMUR, Uruguai
Eduardo Vizer, Universidad de Buenos Aires
Gabriel Eduardo Vitullo, UFRN, Brasil
José Álvaro Moisés, USP, Brasil
Julian Borba, UFSC, Brasil
Luca Andriani, Birkbeck University of London
Manuel Alcántara, Universidad de Salamanca, Espanha
Maria Tereza Sirvent, Universidade de Buenos Aires, Argentina
Mario Fuks, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Miguel Angel López Varas, Universidad de Chile, Chile
Patrício Valdivieso, Universidad de los Lagos, Chile
Rafael Antônio Duarte Villa, USP, Brasil
Rosana Katia Nazzari, UNIOESTE, Brasil
Vicente Palermo, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Secretaria executiva: Alexsander Dugno Chiodi e Felipe Silva Milanezi

Equipe Técnica: Talissa Barcelos Rosário, Esther Krüguer Silveira e Gustavo Ribas Avancini

Revista eletrônica, de acesso aberto, disponível em: www.seer.ufrgs.br/debates e em suas bases indexadoras.
NUPESAL | PPG Ciência Política | UFRGS
E-mail: revistadebates@ufrgs.br
Publicação quadrimestral / Triannual publication
© 2022, NUPESAL/UFRGS

revista DEBATES

REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA

ISSN 1982-5269 versão eletrônica
Edição quadrimestral, volume 17, nº 2, 2023

NUPESAL
Núcleo de Pesquisa

Núcleo de Pesquisa sobre América Latina / UFRGS

Versão digital disponível em:
SEER UFRGS: http://www.seer.ufrgs.br/debates
Portal de Periódicos da UFRGS: http://www.periodicos.ufrgs.br/

Indexadores:
Latindex
Sumarios de Revistas Brasileiras
DOAJ - Directory of Open Access Journals
Worldwide Political Science Abstracts
Google Academic
Diadorim
LatinRev
Oasisbr
LA Referencia
RCAAP

DEBATES de NUPESAL | UFRGS está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.
Baseado no trabalho disponível em www.seer.ufrgs.br/debates.
Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em www.seer.ufrgs.br/debates.
2023, NUPESAL | UFRGS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

DOSSIÊ

Socialização e trauma: efeitos da pandemia sobre opiniões e atitudes de jovens de Curitiba 25
Socialization and trauma: the effects of the pandemic on opinions and attitudes of young people in Curitiba
Rodrigo Stumpf González & Alexsander Dugno Chiodi

Brasil, um sistema social diante do caos: Socialização política desigual de estudantes brasileiros durante a pandemia de covid-19 51
Brazil, a social system in the face of chaos: Unequal political socialization of Brazilian students during the COVID-19 pandemic
Felipe B. Zorzi

Capital social, juventude e pandemia: os casos de Curitiba-PR e Florianópolis-SC 87
Social capital, youth, and pandemic: the cases of Curitiba-PR and Florianópolis-SC
Jennifer Azambuja de Morais & Felipe Milanezi

Educação política e juventudes: política pública e percepção do público-alvo sobre o tema 115
Political education and youth: public policy and perception of the target audience on the subject
Humberto Dantas, Ana Julia Bernardi & Jennifer Azambuja de Morais

Explorando o efeito das clivagens sociais e políticas na participação política juvenil 145
Exploring the effect of social and political cleavages on youth political participation
Julian Borba, Éder Rodrigo Gimenes & Gregório Unbehaun Leal da Silva

O mercado de trabalho dos jovens no Brasil: de 2019 a 2022 175
The youth labor market in Brazil: from 2019 to 2022
Rosana Katia Nazzari & Maria Rosa Rodrigues da Silva

ARTIGOS LIVRES

Protesto político em países latino-americanos: relação entre o contexto de oportunidade política e a estrutura de mobilização de recursos 201
Political protest in latin american countries: the relationship between the political opportunity context and resource mobilization framework
Daniel Leonel da Rocha & Ednaldo Aparecido Ribeiro

Una estrategia para la enseñanza de políticas públicas: el caso de los proyectos de innovación pública en la maestría de gobierno y de políticas públicas de la PUCP (Perú) 241
A strategy for education in public policy: the case of public innovation projects applied in the teaching of government and public policies at PUCP (Peru)
Leonidas Ramos & Rafael Miranda

revista DEBATES

APRESENTAÇÃO

O IMPACTO DE CRISES POLÍTICAS NA CULTURA POLÍTICA JUVENIL E A DEMOCRACIA NO BRASIL

Marcello Baquero
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Historicamente, tem sido demonstrado que, no desenvolvimento democrático, o compromisso das massas com direitos civis depende do contexto social, econômico e político do momento. A aceitação de princípios fundamentais da democracia flutua de acordo com a percepção dos cidadãos em relação a potenciais ameaças à sociedade e aos cidadãos (ZILLER e HELBLING, 2020). Em épocas de estabilidade, o apoio à democracia tende a aumentar, enquanto, em tempos de instabilidade ou turbulências geradas por diferentes circunstâncias, há uma tendência de que se reacendam práticas autoritárias e intolerância política ente grupos, questionamentos sobre o processo legal e sobre o respeito das liberdades individuais.

Uma dessas circunstâncias ocorreu com o surgimento da pandemia da covid-19, que gerou restrições sem precedentes às liberdades civis, sobretudo em relação à liberdade de movimentação dos cidadãos. Em determinados contextos, tais restrições entraram em tensão com liberdades democráticas fundamentais. De maneira geral, a maioria dos países mostraram que os cidadãos, apesar do constrangimento sentido pelas restrições de movimento, entenderam que o objetivo maior era controlar a pandemia e assegurar o devido cuidado das pessoas. No caso brasileiro, no entanto, em função do desempenho do governo de Jair Bolsonaro, a pandemia produziu uma polarização ideológica entre aqueles que defendiam e obedeciam às regras sugeridas pela Organização Mundial da Saúde e aqueles que desafiavam essa lógica com o apoio de um governo negacionista da ciência. Tal situação foi denominada de sindemia, ou seja, o papel deletério que o governo de Jair Bolsonaro teve no agravamento da expansão da pandemia.

Nesse contexto, avaliar como os brasileiros – pontualmente os jovens cidadãos – internalizaram normas e valores relacionados à política e à

democracia, nesta circunstância, assume centralidade no contexto de construção democrática.

Uma análise de pesquisas sobre a juventude e democracia no Brasil indica que esse tema não tem recebido a devida atenção pela ciência política, existindo uma lacuna na literatura na compreensão de como os jovens se sentem enquanto atores políticos na construção de uma sociedade baseada em princípios republicanos, principalmente em épocas de crises.

Uma primeira linha teórica sustenta que, do ponto de vista da cultura política e capital social, a juventude contemporânea se caracteriza por uma anomia, falta de interesse por política, apatia e indiferença. Tal postura dos jovens cidadãos, segundo essa vertente teórica, agrava a crise democrática (PUTNAM, 2000; FOA e MUNK, 2016). Numa segunda linha de pensamento, se argumenta que os jovens não são nem antidemocráticos nem indiferentes, mas representam uma nova geração de cidadãos que está num processo de ampliação de seu repertório de inserção política, através de suas atitudes de questionamento e desafio das autoridades constituídas, o que, segundo essa perspectiva, contribui para o fortalecimento democrático ao invés de aumentar sua fragilidade (DALTON e WELZEL, 2015).

Tais pesquisas dependem do contexto em que são realizadas. Nos últimos anos, os estudos sobre o apoio dos jovens cidadãos à democracia têm se concentrado primordialmente nos países na Europa e nos Estados Unidos, inexistindo análises comparativas com países cujas democracias ainda não estão plenamente consolidadas do ponto de vista social. No caso do Brasil, os estudos sobre a juventude brasileira na política são majoritariamente estudos de caso e restritos a determinados contextos. Embora esforços tenham se direcionado para sanar essa lacuna, ainda há a necessidade de dados de natureza comparativa para delinear um quadro analítico que permita fazer

generalizações com probabilidade robusta. Apesar de uma proporção significativa dos jovens ter convivido com regimes democráticos, seu envolvimento está longe de ser suficiente para afirmar que a cultura política juvenil é plenamente democrática. O apoio se dá preponderantemente com base no desempenho dos governos incumbentes e não em princípios republicanos.

Tais estudos têm constatado que, além do desafeto da juventude com a política, a pandemia materializou uma divisão ideológica entre eles que estava latente, resultando na migração de parte significativa dos jovens para a extrema direita. A despeito desse novo cenário, chama a atenção que o apoio que a juventude manifesta a favor da democracia num sentido normativo contrasta com um comportamento que não é consistente com essas atitudes. Nesse sentido, a vivência dos jovens em contextos democráticos (no sentido institucional) não se traduziu na institucionalização de uma cultura política ativa, crítica e participativa. Os dados de pesquisas realizadas no país revelam que, embora os jovens repudiem o autoritarismo, ao mesmo tempo não confiam nas instituições democráticas ou nos gestores e representantes eleitos.

As pesquisas tipo *survey* realizadas pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (Nupesal/UFRGS) mostram que, num sentido longitudinal, a juventude não se interessa por política, não se sente motivada a aprofundar seu conhecimento sobre política e não tem predisposições a se envolver nesse campo. Tal constatação se aplica também às pesquisas com adultos em nosso país. Neste sentido, o país continua a evidenciar uma cultura política híbrida, que mistura aspectos democráticos formais com predisposições autoritárias, tanto por parte de um setor de partidos políticos quanto dos cidadãos.

No caso do Brasil, a democracia tem sido operacionalizada em termos ideais, uma vez que se parte do pressuposto de uma democracia nacional, de mercado e de corte ocidental e liberal. Admitiu-se que,

quanto mais liberal é a democracia de um país, mais justo ele será, e quanto mais justo, mais democrático – o que, na realidade, não se concretizou. Atualmente, o Brasil continua a apresentar desigualdade social e econômica, produzindo disparidades dramáticas não só nas rendas, mas também no acesso a bens elementares como educação, saúde, energia e telecomunicações.

Nessa perspectiva, os regimes da democracia brasileira podem ser caracterizados como híbridos, pois situam-se entre a democracia e o autoritarismo, caracterizados pela capacidade das elites de se apropriarem paulatinamente de importantes recursos estatais, mesmo quando existe uma oposição e instituições democráticas desenvolvidas, em um contexto de pluralismo débil, onde a participação se exerce principalmente mediante o voto. Embora ocorra com certa regularidade a alternância entre as elites políticas, a participação é baixa e, portanto, não é suficiente para controlá-las. As elites frequentemente se isolam da sociedade e se cristalizam no poder.

O fracasso da maior parte dos governos em resolver os problemas da desigualdade social e econômica possibilitou que a dimensão social retornasse à agenda dos debates, apesar da boa avaliação da democracia em termos formais. Por exemplo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no início do século XXI, chegou à conclusão de que a falta de atenção à dimensão social resulta em uma democracia deficiente, corroendo subsequentemente sua legitimidade.

Desse modo, a questão social se impôs na agenda política nos últimos anos e contribuiu de maneira considerável à crise profunda de democracia representativa. Essa crise de representação continuou com mudanças de governo, que nos últimos anos experimentaram um "giro à direita (extrema)".

Nas últimas décadas, em virtude do fracasso em promover a plena democracia ancorada unicamente em instituições ou numa racionalidade formal que, na prática, raramente se materializa,

passou-se a buscar outras explicações além da dimensão institucional. Resgatou-se, nessa direção, o conceito de cultura política como elemento essencial que, conjugado à dimensão institucional, poderia gerar prosperidade democrática.

Tal argumento assume consistência quando se presume que a política diz respeito à definição, busca e distribuição de poder. Quem determina a direção desse poder e quem está legitimado para exercê-lo são os cidadãos, por meio do sufrágio. Nesse sentido, para onde a democracia se encaminha está diretamente relacionado com o tipo e a forma como uma cultura política se estrutura. Nesse contexto, a inter-relação entre normas, práticas e processos – tanto formais quanto informais – para eleger, aceitar, manter ou excluir um processo político depende diretamente das orientações, crenças e comportamento do *demos* na chamada democracia representativa.

Nessa democracia que atualmente se constitui no único jogo político no país, o conceito de legitimidade é central para se compreender por que algumas democracias prosperam enquanto outras entram num processo de decadência. Legitimidade determina a eficiência de um regime político e de seus representantes perante a sociedade, uma vez que representa um julgamento das pessoas sobre o que elas entendem por autoridade e quem elas consideram estar habilitado por direito a exercê-la.

Deduz-se dessa afirmação que a legitimidade é um processo que depende da forma como os representantes eleitos e os partidos políticos interagem com a sociedade tanto em tempos de bonança quanto, principalmente, em épocas de crise. Se um governo incumbente desfruta de legitimidade não meramente formal ou jurídica, apesar das eventuais turbulências, Estado e sociedade trabalham cooperativamente para a superação dos tempos difíceis. Se, no entanto, a legitimidade social está ausente, todo o sistema político corre o risco de colapsar.

É nesse cenário que a cultura política influencia a legitimidade dos regimes, pois estrutura a compreensão do que é justo e aceitável e o que não é; em outras palavras, formata o realismo normativo. Esse realismo é normativo na medida em que, mesmo sendo difícil para os cidadãos quantificar imperativos normativos, sabe-se que, na política, assim como em outros domínios da vida, as pessoas buscam razões para selecionar uma alternativa sobre outras quando enfrentam uma escolha difícil. Esse processo de escolha é parcialmente tributário da cultura política na qual a pessoa vive no mundo que herdamos e que nos auxilia a refletir sobre o mundo que gostaríamos de construir.

Nesse processo, o conceito de socialização política como dispositivo fundamental na forma como as pessoas veem e decodificam o mundo político assume centralidade. A cultura foi originariamente definida como o conjunto de "orientações psicológicas em relação aos objetos sociais". Desse modo, a cultura política se refere "[...] ao conhecimento, sentimentos e avaliações em relação ao sistema político internalizados pela população de uma sociedade" (ALMOND e VERBA, 1965, p. 13-14).

Após quase cinco décadas desde o estudo seminal de Almond e Verba, o conceito de cultura política passou por várias redefinições e críticas. Uma das principais limitações atribuídas ao conceito dizia respeito à dimensão sociométrica. Um dos poucos estudos que tem ido além da clássica definição de Almond e Verba é apresentado por Consuelo Cruz (2005), para quem a cultura política pode ser mais bem definida como um sistema de desenho normativo encapsulado numa área de imagináveis possibilidades.

Tal conceitualização deriva do pressuposto de que os atores políticos precisam transitar entre seu mundo interno e externo, uma vez que estão preocupados não somente com resultados práticos, mas também com a probabilidade relacional de suas metas e a adequação dos seus meios. Em outras palavras, cada cidadão opera num universo de relações.

Nesse universo, a questão óbvia é: como os atores políticos negociam a complexidade dos imperativos? Uma resposta que se popularizou foi a de Thucydides, que argumentava que "[...] os fortes fazem o que podem e os fracos sofrem o que devem" (FERNANDES, ©2023).

Mesmo aceitando a frase de Thucydides como verdadeira, como explicar as variações de inclusão, eficácia, resiliência e legitimidade de diferentes tipos de regimes políticos, sejam eles fortes ou fracos? Uma segunda indagação diz respeito a como explicar as adaptações informais que, na prática da política, frequentemente, reformatam as molduras formais?

Os adeptos do institucionalismo argumentariam que são as instituições as responsáveis pelo desenho e aplicação de normas e regras que determinam a boa convivência social entre cidadãos, por meio de um processo de freios e contrapesos que regulam e garantem uma convivência justa e civilizada entre as pessoas e entre a sociedade e o Estado.

O que cabe ressaltar neste ponto é o fato de que as instituições derivam da escolha dos atores políticos em relação ao tipo de instituições consideradas como mais adequadas para alcançar essa convivência pacífica e harmônica entre os membros de uma população e deles com o Estado e suas instituições. E isso aponta, na minha opinião, para a necessidade de avaliar como se formam as identidades coletivas.

Na prática do desenho normativo, pode-se unificar aquilo que somente pode ser separado na teoria, ou seja, como Albert Hirshman argumentava, "as paixões e os interesses". Essa reunificação significa levar a sério a observação geral de que, enquanto os modelos teóricos podem ignorar a "[...] ganância, o ódio e a inveja, bem como a moralidade na prática cotidiana", essas características "não estão ausentes no mundo" (HIRSHMAN, 1991, p. 166).

A cultura política influencia a legitimidade dos regimes. A cultura política forma a compreensão dos atores em relação ao que é possível e viável; em outras palavras, formata seu realismo normativo. Os atores são realistas porque, na busca de suas agendas, eles procuram se agarrar ao que consideram uma possibilidade real de conseguir as coisas. Seu realismo é normativo porque, apesar de parecer difícil a quantificação de imperativos normativos, qualquer um sabe que, na política, como em outros domínios da vida, as pessoas buscam razões para selecionar uma alternativa sobre outra quando enfrentam uma escolha difícil.

A retórica da política pode nos dizer muito em relação a como os atores constroem seu realismo normativo. Estratégias retóricas contêm dicas importantes a respeito dos julgamentos normativos com base em determinada identidade que impactam a busca de determinadas agendas, precisamente porque frequentemente dependem da construção, manipulação e reformulação de argumentos internamente consistentes dentro dos seguintes raciocínios: se é isso que nós somos, então é isso o que defendemos e do que somos capazes, ou, se é isso que eles são, então é isso que eles defendem e é isso que são capazes de fazer.

O fato de que os direitos cidadãos se encontram seriamente limitados dificulta a consolidação mais ou menos eficiente da poliarquia no país. O resultado é uma cidadania de baixa intensidade, que se manifesta na pobreza estendida como disparidades extremas nos ingressos e outras formas de discriminação, já que, a partir desse ponto de vista, desigualdade e pobreza propiciam relações sociais autoritárias.

Nesse cenário, reformas que institucionalizam práticas participativas são desenhadas para reformatar as relações entre Estado e sociedade civil. Numa época em que a confiança e o desafeto entre os cidadãos em relação ao governo parecem estar crescendo, a institucionalização de uma democracia participativa deveria ter o poder de promover o reengajamento político dos cidadãos, porém, somente se eles percebem

o valor de sua participação. Há quase três décadas da recuperação da democracia, a maior participação política não se traduziu em participação social. Um dos motivos fundamentais é a crescente importância política da questão social, à qual não foram encontradas, até o momento, respostas satisfatórias.

Para que a participação seja considerada valiosa, as instituições precisam ter um poder real material. Tal situação sugere que a questão da democracia no país ainda é um capítulo aberto.

SITUANDO O PROBLEMA DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Embora as questões sociais tenham sido tema de acirrados debates em todos os governos, isso não tem resultado na materialização de uma democracia eficiente, sobretudo no campo social. Há uma incongruência entre o modelo econômico implantando e o déficit em políticas públicas voltadas para atenuar e resolver os anseios da cidadania. A economia, com base na lógica de mercado, orienta suas estratégias políticas e econômicas ao mercado, dando ênfase à produtividade em detrimento da abertura de espaços para atender às demandas sociais e econômicas do segmento mais vulnerável da população. Esse modelo afeta, sobretudo, os jovens, que se sentem frustrados e decepcionados com a política bem como convivem com uma incerteza sobre seu futuro. No governo Bolsonaro, a incerteza se agravou em virtude da implementação de políticas de desvalorização da educação, resultando em investimentos insignificantes na área da educação e da cultura. Desse modo, a juventude perdeu espaço, visto que essa nova ordem social anarco-capitalista criou um novo controle de dominação política que enfraquece as forças sociais como catalizadoras de novas identidades coletivas, como canais de pressão perante o governo incumbente para o atendimento de suas demandas.

A incongruência referida não tem possibilitado a institucionalização de uma cultura política cidadã participante. De fato, pode-se afirmar que a aparência de uma democracia processual estável esconde um sistema político que historicamente tem favorecido os mais privilegiados, e não a população socialmente fragilizada. Permanecem obstáculos para realizar objetivos de igualdade e liberdade, pressupostos propostos pela democracia processual, mas cujo desempenho tem produzido predisposições atitudinais negativas em relação às instituições políticas e seus representantes, bem como comportamentos de distanciamento e hostilidade em relação a elas. Barry Ames (2021), a esse respeito, tem argumentado que, na democracia brasileira contemporânea, a governabilidade se constitui num problema permanente devido: 1) à eficiência do Legislativo e do Executivo na elaboração de programas e políticas públicas, e 2) à inabilidade do governo em implementar os referidos programas e políticas públicas. Se essas dimensões não são resolvidas adequadamente, as atitudes e comportamento dos jovens podem se orientar numa direção contrária ao fortalecimento democrático. Tal comportamento ainda apresenta resquícios significativos de um passado patrimonialista e clientelista que se enraizou na cultura política brasileira (FAORO, 1989). A materialização do clientelismo no presente se manifesta na forma como o Legislativo pressiona o Executivo a trocar seu apoio por políticas de favorecimentos pontuais que, geralmente, não produzem resultados que diminuam a desigualdade econômica no país, sendo os jovens um dos segmentos mais penalizados.

Nesse cenário, é inevitável que uma cultura política híbrida se consolide. A principal característica dessa cultura política é a mistura de democracia institucional formal com um cenário que apresenta graves déficits de investimentos na área social, produzindo uma sociedade de desafeto com a política. O resultado se plasma na estabilidade da instabilidade política que se naturaliza na população.

No contexto atual, sobretudo como legado do governo Bolsonaro, estamos assistindo a um cenário de deslegitimização ou desconsolidação da democracia. Durante seu governo, a violência praticada por agentes estatais, que agiram apostando na impunidade e na parcialidade da lei, aumentou. O novo governo do presidente Lula tem uma tarefa difícil para reverter esse quadro.

Na ausência de uma sociedade civil vibrante e participativa, os cidadãos geralmente recorrem a mediadores privados, à margem das instituições de mediação tradicional, particularmente os partidos políticos. No Brasil, se constata a existência de uma sociedade de massas superimposta a uma configuração estrutural de caráter patrimonialista. Nesse tipo de sociedade, o Estado detém o poder absoluto na determinação de políticas públicas, cabendo à sociedade um papel insignificante, o que decorre de um processo em que, ao contrário das democracias consolidadas, o Estado se estruturou antes da sociedade.

Com esses comentários como pano de fundo, foram solicitados artigos que tratassem sobre a relação da pandemia com a democracia, o papel dos jovens na política contemporânea, o papel do capital social na estruturação de crenças e atitudes, e a qualidade da educação como catalizador de uma cidadania mais ativa. Esses temas foram examinados tendo como sujeitos de análise os jovens cidadãos no Brasil.

O primeiro artigo, de autoria de Rodrigo S. Gonzalez e Alexander D. Chiodi, analisa o impacto da pandemia de covid-19 e do contexto político brasileiro nos valores e atitudes dos jovens de Curitiba. A hipótese do estudo é que a pandemia intensificou o fenômeno da alienação política e o descrédito nas instituições entre os jovens, afetando sua confiança no futuro e percepção da política. A metodologia utilizada é quantitativa, por meio de método de pesquisa tipo *survey* aplicada na cidade de Curitiba/PR em dois momentos distintos: 2016, antes da radicalização política e da pandemia, e em 2022. A análise de dados

apresenta a percepção dos jovens em relação à pandemia, buscando analisar as divergências entre eles quanto aos efeitos da covid-19 em suas vidas, e em seguida a comparação entre os jovens de Curitiba nos dois períodos, buscando identificar possíveis mudanças significativas em suas percepções e atitudes e avaliar se essas mudanças podem ser atribuídas às experiências vivenciadas durante o período pandêmico. Os resultados indicam que os eventos ocorridos entre 2018 e 2022 não causaram mudanças substanciais na cultura política da juventude curitibana, que permaneceu ambivalente em relação ao regime político e seus representantes, com a presença de valores autoritários e uma perspectiva pessimista em relação à política, sugerindo que a construção de uma cultura política democrática exigirá esforços contínuos e de longo prazo.

O segundo artigo, elaborado por Felipe B. Zorzi, analisa o impacto da pandemia de covid-19 sobre a estrutura de poder emergente no sistema social brasileiro. A pandemia causou isolamento social por dois anos, e a desigualdade ficou evidente durante esse período. O Brasil apresenta alta concentração de riqueza, estudantes de diferentes classes recebem educação desigual, e as autoridades políticas não enfrentam tais dilemas. Nesse sentido, a crise pode ter afetado a socialização dos jovens para a política. A teoria dos sistemas sociais diz que a sociedade é um todo interdependente, com funções que se interpenetram: educação, economia e política. Aplica-se análise sistêmica em dados de questionários (*survey*, 2015-2022) sobre política que turmas de jovens responderam em escolas públicas e privadas de ensino médio. A hipótese é que a pandemia aprofundou a concentração de poder na sociedade capitalista. Evidencia-se ampliação da alienação política de estudantes de grupos subalternos como resultado da qualidade desigual do seu aprendizado.

O terceiro artigo, de Jennifer Morais e Felipe Milanezi, busca analisar os níveis de capital social dos jovens antes (2016) e depois da pandemia

(2022), nas cidades de Curitiba-PR e Florianópolis-SC. Os dados analisados são da pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (Nupesal/UFRGS) com jovens de escolas públicas e privadas de ensino médio, em 2016 e 2022. Os dados apontam para a continuidade dos baixos níveis de capital social entre os jovens, e os autores destacam a importância de uma educação de qualidade para superar as desigualdades agravadas na pandemia.

O quarto artigo, de Humberto Dantas, Ana Julia Bernardi e Jennifer Morais, busca adensar o debate sobre a importância de uma política pública de "educação cívica" ou "educação democrática", algo que, a despeito das críticas e temores atuais, sempre esteve presente nas estratégias pedagógicas oficiais do Brasil República, e que responde aos preceitos mais elementares de democracia. A partir disso, primeiramente o trabalho se concentra em compreender a percepção dos jovens sobre a política e o papel da escola na sua formação em assuntos dessa natureza, por meio de revisão de estudos concentrados em tais temáticas. Em seguida, procura compreender, com base em *survey* de 2018 com estudantes do ensino médio de escolas públicas paulistanas, que permitiu a construção de um indicador de afeição desses jovens à democracia, quais variáveis independentes seriam capazes de caracterizar o interesse do público pelo tema, por meio do uso de método estatístico de regressão linear simples.

A seguir, o artigo de Julian Borba, Éder Rodrigo Gimenes e Gregório Unbehaun Leal da Silva analisa o efeito das clivagens social e política sobre a participação política de jovens em distintas modalidades de engajamento político. Para tanto, foram testadas hipóteses de que [H1] as clivagens sociais têm efeitos sobre a participação política de jovens, [H1a] mulheres jovens participam mais do que homens jovens e [H2] as clivagens políticas não têm efeitos sobre a participação política de jovens. Os dados são oriundos de *survey* aplicado junto a estudantes do ensino médio de Porto Alegre pelo Nupesal (UFRGS). Os achados

confirmaram parcial e/ou integralmente as hipóteses, denotando haver diferenciação entre os determinantes da participação juvenil conforme as modalidades testadas, com destaque para o impacto do gênero na clivagem social e do processo de socialização nos anos impressionáveis, levantando aspectos para a continuidade da agenda de pesquisas sobre o tema no Brasil.

O sexto artigo, de Rosana Katia Nazzari e Maria Rosa Rodrigues da Silva, se debruça sobre a população jovem brasileira, formada por 37 milhões de pessoas na faixa etária entre 15 e 24 anos que enfrentam obstáculos para ingressar e permanecer no mercado de trabalho. Entre esses desafios estão a alta taxa de desemprego e um sistema educacional deficitário para seu desenvolvimento tecnológico imposto pelo processo de globalização. Esses problemas foram reforçados pela crise econômica e sanitária da covid-19. Assim, o objetivo central desse estudo é analisar o mercado de trabalho para os jovens no Brasil, nos anos de 2019 a 2022, nos períodos anteriores e posteriores à pandemia. Para avaliar os resultados, foi utilizada a estatística descritiva, sendo possível observar um aumento na evasão escolar, na dependência financeira e no número de jovens buscando emprego no período de pandemia, mas com perspectivas positivas a partir de 2022.

Esta edição também conta com dois artigos livres. O primeiro de Daniel da Rocha e Ednaldo Ribeiro, com o título "Protesto político em países latino-americanos: relação entre o contexto de oportunidade política e a estrutura de mobilização de recursos". E o segundo de Leonidas Ramos e Rafael Miranda, com o título "Una estrategia para la enseñanza de políticas públicas: el caso de los proyectos de innovación pública en la maestría de gobierno y de políticas públicas de la PUCP (Perú)".

Uma boa leitura a todos!

REFERÊNCIAS

1. ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sydney. *The civic culture*: political attitudes and democracy in five nations. Boston: Little Brown, 1965.
2. AMES, Barry. *The deadlock of democracy in Brazil*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2001.
3. CRUZ, Consuelo. *Political culture and institutional development in Nicaragua and Costa Rica*: world making in the Tropic. Cambridge University Press, 2005.
4. DALTON, Russel J.; WELZEL, Christian. *The civic culture transformed*: from allegiant to assertive citizens. New York: Cambridge University Press, 2015.
5. FAORO, Raimundo, *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
6. FERNANDES, Cláudio. Tucídides e a história da Guerra do Peloponeso. Brasil Escola, ©2023. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/guerras/tucidides-historia-guerra-peloponeso.htm. Acesso em: 01 ago. 2023.
7. FOA, Robert S.; MOUNK, Yascha. The danger of deconsolidation. The democratic disconect. *Journal of Democracy*, v. 27, n. 3, 2016. Disponível em: https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-danger-of-deconsolidation-the-democratic-disconnect/. Acesso em: 23 ago. 2023.
8. HIRSHMAN, Albert. *The rhetoric of reactions*: Perversity. Futility. Jeopardy. Cambridge. Harvard University Press, 1991.
9. PUTNAM, Robert D. *Bowling alone*: the collapse and revival of American community. New York: Simon & Schuster, 2000.
10. ZILLER, Conrad; HELBLING, Marc. Public support for State surveillance. *European Journal of Political Research*, 2020.